

Sobre a beleza de Sílvio Coelho dos Santos

Rafael José de Menezes Bastos

Pesquisador CNPq / Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, Brasil
rafael.bastos@pq.cnpq.br

Conheci Sílvio, se não me falha a memória, em 1978. Eu trabalhava na Fundação Nacional do Índio (Funai) desde 1975, que vivia a sua Primavera de Praga, sob a presidência do General Ismarth de Araujo Oliveira¹. Eu havia sido indicado pelo Gal. Ismarth para ocupar a posição de representante da FUNAI no Projeto Uruguai: Os Barramentos e os Índios, coordenado por Sílvio. O projeto envolvia a Universidade Federal de Santa Catarina, a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., e a Funai. Pioneiramente – e não somente no Brasil –, ele tinha como objeto os impactos socioculturais e ambientais sobre as terras e sociedades indígenas provocados pela construção dos barramentos então planejados pela Eletrosul no curso do Rio Uruguai. Ali começaram minhas relações com Sílvio – e com Florianópolis – sob o signo de uma imensa e duradoura admiração. Naquela posição, lembro-me que vim a Florianópolis umas duas vezes – quando em definitivo me encantei com a cidade – Sílvio tendo ido a Funai em Brasília mais ou menos o mesmo número de ocasiões.

No mesmo ano de 1978, fui pela primeira vez a uma reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada no Recife. Esta reunião está na história da Associação, devido às profundas mudanças

pelas quais ela veio a passar a partir dali. Até então a sucessão na ABA era decidida exclusivamente pelo conselho, como os membros deste sendo os únicos eleitores da Associação. Recordo que havia um presidenciável – cujo nome não pronuncio – que gestionava para ser ali mesmo entronizado pelo processo eleitoral citado. Lembro também que Sílvia – assim como Manuela Carneiro da Cunha – faziam parte desse conselho. Presenciei algumas discussões calorosas então no Recife – nos intervalos das reuniões do Conselho –, incluindo esses dois colegas e outros, nas quais a ilegitimidade do processo de sucessão em vigência na Associação era claramente evidenciada. Foi esse conselho do qual Sílvia fazia parte extremamente ativa, que deu começo a mudança do processo eleitoral na direção do voto universal dos sócios hoje vigente na ABA. O presidenciável que esperava ser entronizado naquela reunião felizmente não o foi, e a nova diretoria da Associação ali eleita sendo constituída por Luiz de Castro Faria, Yonne de Freitas Leite e Alba Zaluar. Foi esta diretoria que realizou a transição para o processo do voto universal dos sócios.

Em 1980, a convite de Sílvia, participei do encontro, O Índio Perante o Direito, que o então Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSC, sob sua direção, sediou². O encontro reunia um grupo significativo de antropólogos e advogados em Florianópolis. Ele resultou em um livro (veja Coelho dos Santos, org. 1982) – no qual se incluiu um texto meu (veja Menezes Bastos, 1982) – e em uma importante articulação entre as duas categorias profissionais, que era até então muito tênue – senão inexistente – no Brasil. O aprofundamento dessa articulação foi extremamente decisiva para as mudanças envolvendo a situação jurídica do índio no País, que vieram a culminar na Constituição de 1988³.

Minha vinda para Florianópolis nunca teria acontecido caso Sílvia não tivesse me alertado para o concurso de professor assistente, em 1983, através do qual ingressei na UFSC, em março de 1984. Dessa época em diante, nossas relações foram se tornando cada vez mais próximas. Sílvia exercendo no grupo que pouco a pouco se formava na direção da constituição do programa de hoje uma insofismável liderança. Essa liderança sempre esteve assentada na virtude que ele sempre demonstrou ter no

desempenho de seu papel de por assim dizer anfitrião do grupo. Ele era um intelectual de grande prestígio local – na UFSC, em Florianópolis, em Santa Catarina –, e igualmente forte no plano nacional. Recorde-se que a 9ª Reunião Brasileira de Antropologia – considerada a reunião de renascimento da ABA – somente pode acontecer, e exatamente em Florianópolis, “graças aos esforços de Manuel Diegues Jr, presidente eleito em 1966, e de Sílvio Coelho dos Santos”⁴

Notas

- ¹ Tratei brevemente dessa Primavera da FUNAI em meu texto de 1998 bem como de seus tenebrosos invernos posteriores
- ³ O Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais foi criado em 1978 e englobava as áreas de Antropologia, Sociologia e Política. O PPGAS data de 1985
- ³ Em 1983 também a convite de Sílvio tomei parte em um segundo encontro em Florianópolis sobre a mesma temática (veja Coelho dos Santos e outros orgs 1985)
- ⁴ Conforme o site da ABA (<http://www.abant.org.br/>) entrada referente a Histórico acessado em 03/12/2008

Referências

- MENEZES BASTOS, Rafael Jose de. Sobre a noção de tutela dos povos e indivíduos indígenas pela União. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.) *O índio perante o Direito*. ensaios. Florianópolis. Ed. da UFSC. 1982. p. 51-60.
- MENEZES BASTOS, Rafael Jose de. Saudades do General Ismarth? Notas sobre a Participação da ABA no Recem Instalado Conselho Indigenista da FUNAI. *Boletim da ABA* n. 30. p. 10-12. 1998.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.) *O índio perante o Direito*. ensaios. Florianópolis. Ed. da UFSC. 1982.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.) *Sociedades indígenas e o Direito*. uma questão de direitos humanos. ensaios. Florianópolis. Ed. da UFSC. 1985.